



COMISSÃO ESPECIAL

PARECER SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1004/2024

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos Excelentíssimos Vereadores Bráulio Lara; Álvaro Damião; Ciro Pereira; Cláudio do Mundo Novo; Cleiton Xavier; Fernanda Pereira Altoé; Fernando Luiz; Henrique Braga; Irlan Melo; Jorge Santos; Loíde Gonçalves; Marcela Trópia; Reinaldo Gomes Preto Sacolão; Sérgio Fernando Pinho Tavares; Wanderley Porto que *Susta o artigo 74 e o inciso II do artigo 75 do Decreto 17.174 de 27 de setembro de 2019, com redação dada pelo Decreto 18.705 de 13 de maio de 2024*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para emitir este parecer sobre o Projeto de Resolução nº 1004/2024.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise determina que sejam sustados os efeitos do Art. 74 e do inciso II do artigo 75, do Decreto 17.174/2019 (que *Aprova o Regulamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza*). Os dispositivos a serem sustados assim dispõem:

Art. 74 – O responsável pelas atividades de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, emitente do IF autorizado, responderá pela perda, extravio, deterioração, destaque ou separação dos documentos autorizados como se vendidos fossem, obrigando-se ao recolhimento do tributo devido, sem prejuízo da responsabilidade solidária do responsável pelo espaço onde o evento for realizado e



VEREADOR  
**Irlan Melo**

Gabinete do Vereador Irlan Melo. Avenida  
dos Andradas, 3100, Gab: 303B  
Bairro: Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3555 1153  
E-mail: ver.irlanmelo@cmbh.mg.gov.br



da responsabilidade supletiva do promotor e do patrocinador. Art. 74 com redação dada pelo Decreto nº 18.705, de 13/5/2024 (Art. 3º)

Art. 75 – O IF poderá ser substituído por sistema de bilhetagem eletrônica para geração dos ingressos e apuração da base de cálculo, desde que cumpridas as seguintes exigências:

(...)

II – disponibilização à ATM de acesso on-line, em tempo real pela rede mundial de computadores, dos dados e informações dos borderôs, antes do início das vendas;

(...) Art. 75 com redação dada pelo Decreto nº 18.705, de 13/5/2024 (Art. 4º)

Segundo os autores,

A presente proposta tem por objetivo, sustar do decreto que regulamenta o recolhimento de ISS no município, exigência inconstitucional, desproporcional e desarrazoada.

Segundo diversas denúncias recebidas pelo setor de produção de eventos no município de Belo Horizonte, a prefeitura tem exigido, para fins de liberação do evento, que o produtor forneça seu Login e Senha de acesso do site que contratou para a venda de ingressos, para os servidores municipais.

Exigir a chave de acesso pessoal do produtor para intervir em contrato particular realizado entre duas pessoas jurídicas que não tem qualquer vinculação com o município não encontra nenhum subsídio legal, configurando verdadeiro abuso da Administração Municipal.

Em uma cidade que rotineiramente espanta investimentos e dificulta a vida de quem quer empreender, não é possível aceitar a exigência



destacada, como pressuposto para a realização de eventos na cidade.

(...)

Após breve explanação, passo a análise que compete a esta Comissão.

## 2.1 Do aspecto jurídico

No tocante à juridicidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, bem como da legislação infraconstitucional.

Destarte, busca-se com este parecer efetuar o controle preventivo de juridicidade com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições e às legislações supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Resolução nº 1004/2024 encontra-se em consonância com a Constituição da República (art. 30, incisos I), haja vista intentar sustar os efeitos de dispositivo previsto em Decreto Municipal que regulamenta o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

### **Art. 30.** Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Ademais, o Projeto em apreço – ao intentar sustar dispositivo de Decreto Municipal – encontra-se em estrita observância à competência parlamentar, conforme dispõe o art. 49, inciso V, da CRFB/1988.

### **Art. 49.** É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)



V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

Em razão do princípio da simetria, que obriga o Município a observar as normas constitucionais que tratam do processo legislativo, a competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar no âmbito municipal são privativas da Câmara Municipal.

Assim, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH – em conformidade com o mencionado princípio da simetria, estabelece em seu art. 84, inciso XX, a competência privativa da Câmara Municipal para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar. *In verbis*:

**Art. 84 - Compete privativamente à Câmara Municipal:**

XX - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

Cumprе ressaltar que o Projeto de Resolução nº 1004/2024, no que diz respeito à matéria, encontra-se em harmonia com o supracitado art. 84, inciso XX, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, tendo em vista que o Poder Executivo requer para a liberação do evento, a disponibilização aos agentes públicos municipais de dados particulares do produtor (login e senha de acesso do site que contratou para a venda de ingressos). Tal exigência fere o direito de privacidade às informações restringidas por meio de senha de acesso, o que evidencia uma extrapolação aos limites do poder regulamentar do chefe do Poder Executivo e confere ao legislador a possibilidade de sustar o ato normativo.

Frente ao exposto acima, concluo pela juridicidade do Projeto de Lei nº 1004/2024.

## 2.2 Do Mérito

No mérito, reporto-me à confiança absoluta havida nas informações dos ilustres colegas Vereadores autores, que alegam a exigência descabida de fornecimento do Login e da Senha do produtor do evento em site contratado para a venda de ingressos.

VEREADOR  
**Irlan Melo**

Gabinete do Vereador Irlan Melo.Avenida  
dos Andradas, 3100, Gab: 303B  
Bairro: Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3555 1153  
E-mail: ver.irlanmelo@cmbh.mg.gov.br



Tal exigência, além de configurar um verdadeiro abuso da Administração Municipal, traz a luz os percalços que o empreendedor encontra em nossa cidade. Como afirmam os autores, *Em uma cidade que rotineiramente espanta investimentos e dificulta a vida de quem quer empreender, não é possível aceitar a exigência destacada, como pressuposto para a realização de eventos na cidade.*

Desta forma, torna-se imperioso a este relator concordar com a proposta formulada no Projeto de Resolução 1004/2024, haja vista estar evidente que o Poder Executivo extrapolou o seu poder regulamentar em medida que tão somente prejudica e obstaculariza a atração de investimentos no ramo dos eventos em nossa Capital.

Nestes termos, em análise de mérito, concluo pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1004/2024.

### 3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo pela juridicidade e pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1004/2024.

Belo Horizonte, 01 de novembro de 2024.

IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA  
MELO:9236076  
9634

Assinado de forma  
digital por IRLAN  
CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2024.11.04  
11:37:20 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
REPUBLICANOS

VEREADOR  
**Irlan Melo**

Gabinete do Vereador Irlan Melo.Avenida  
dos Andradas, 3100, Gab: 303B  
Bairro: Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3555 1153  
E-mail: ver.irlanmelo@cmbh.mg.gov.br